



GRUPO PARLAMENTAR

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1682/XIII/3.^a

Requalificação da Escola Básica 2,3 Frei Caetano Brandão, em Braga

O “virar de página da austeridade” socialista traduziu-se numa escandalosa diminuição do investimento público que, a par de uma agressiva política de cativações, está a ser penosamente sentida pelos cidadãos na clara diminuição da qualidade dos serviços prestados. O baixo nível de investimento público que não alcança o nível crítico da reposição do consumo anual de capital fixo, que se traduz no sistemático adiamento de intervenções e investimentos indispensáveis ao seu bom funcionamento conduz a situações de rutura diárias. Na educação assistimos a comunidades educativas abandonadas à sua sorte e a escolas depauperadas de meios, levando a que os próprios diretores dos agrupamentos e escolas, dada a total ausência de peso político do Ministro da Educação, sintam necessidade de apresentar um caderno de encargos ao Ministro das Finanças denunciando o desinvestimento público gritante e a desresponsabilização do Ministério da Educação que está a colocar em causa o normal funcionamento das escolas.

Esta escolha política errada e insustentável de gestão das finanças públicas é agravada pelo aumento da carga fiscal, que em 2017 atingiu 34,7% do PIB, tendo aumentado num só ano 0,4 pontos percentuais. Nunca a sociedade pagou um preço tão elevado para ter acesso aos bens providenciados pelo Estado como em 2017, com a agravante que nunca se registou uma tão clara diminuição da qualidade dos serviços prestados pelo Estado. Na educação, se em 2016 a execução do investimento no programa orçamental do ensino básico e secundário foi sujeito a um corte de 65,7% face a 2015, em 2017, a estimativa de não execução do investimento face ao inicialmente orçamentado foi de quase 50%.

Esta opção de “controlar” por sub-execução ou sistemático adiamento de decisões políticas reflete-se no dia-a-dia das escolas e dos alunos, que se veem confrontados com ausência de condições físicas e materiais nas escolas que colocam em causa a qualidade do serviço de educação aos alunos.

A Escola Básica 2,3 Frei Caetano Brandão, em Braga, com mais de 35 anos de funcionamento sem qualquer intervenção de fundo é mais um dos muitos exemplos de uma escola que necessita com urgência de requalificação e onde desinvestimento perpetrado por este governo em despesas de capital, designadamente no parque informático e material de apoio, nos cortes no orçamentos das escolas que



GRUPO PARLAMENTAR

impossibilitam fazer face a despesas correntes e a pequenas intervenções de manutenção, originam constrangimentos graves ao normal funcionamento da escola e que deram origem a protestos públicos dos alunos.

A deterioração do edificado desta escola de Território Educativo de Intervenção Prioritária de 2ª geração é evidente: com infiltrações em locais destinados ao leccionamento, tornando-os impróprios em termos de salubridade e saúde; deficientes condições dos sanitários; estado deteriorado dos espaços desportivos: parque informático obsoleto e a falta de aquecimento são apenas exemplos das péssimas condições a que alunos, professores, técnicos e funcionários estão sujeitos.

Apesar da autarquia, face à ausência de resposta do Ministério da Educação, mesmo quando solicitado, ter assumido para si a responsabilidade de em 2017 substituir todos os passadiços que eram de fibrocimento de ligação entre os blocos de aulas, ter realizado obras e apetrechado salas para a prática da dança e da música, ter dado resposta às pequenas obras de reparação e manutenção e desenvolvido pequenas intervenções de urgência, mas a dimensão das necessidades exigem uma resposta integral e profunda que só poderá ser dada através da urgente requalificação do edificado.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 156.º da Constituição e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do PSD, recomendam ao Governo que:

Apresente e programe, rapidamente, a requalificação da Escola Básica 2,3 Frei Caetano Brandão, em Braga, no sentido de garantir as condições indispensáveis para uma escolaridade de qualidade.

Palácio de São Bento, 04 de junho de 2018

Os Deputados do PSD,

Fernando Negrão

Emídio Guerreiro

Hugo Soares



GRUPO PARLAMENTAR

Joel Sá

Jorge Paulo Oliveira

Laura Magalhães

Maria Clara Marques Mendes

Rui Silva

Margarida Mano

Pedro Pimpão

Álvaro Baptista

Ana Sofia Bettencourt

Germana Rocha

Maria Manuela Tender

Nilza de Sena

Pedro Alves

Amadeu Albergaria

Carlos Abreu Amorim

Duarte Marques

Joana Barata Lopes

José Cesário

Margarida Balseiro Lopes

Cristóvão Simão Ribeiro

Susana Lamas